



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2026

PROCESSO Nº 056/2026

EDITAL MODIFICATIVO (CONSOLIDADO)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Assis, realizará licitação, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de menor preço por lote, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 9.302, de 05 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 07/10/2026

Horário: 9h (horário de Brasília-DF).

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

UASG 926486 – Nº Compras.gov: 926486 - Pregão Eletrônico nº 035/2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA GESTÃO DOCUMENTAL PARA ARMAZENAMENTO EXTERNO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, TRANSFERENCIA ORDENADA, ORGANIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO, TRANSPORTE E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE.**

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse.

1.3. A justificativa concreta da real necessidade do objeto desta licitação deve estar plenamente demonstrada e comprovada com os documentos necessários, devendo a autoridade competente pela expedição do edital, analisar tais justificativas e somente assinar e expedir o edital após constatada a realidade, veracidade e comprovação de tais justificativas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

2.1. Para participar deste Pregão os interessados devem se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, aquele que se enquadrem a quaisquer das hipóteses do artigo 14 da Lei 14.133/21.

2.4.1. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do lote;

4.1.2. Descrição detalhada do objeto, conforme especificações do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante:

4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro ou omissão.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não contenha tal informação a validade da proposta será considerada a 60 (sessenta) dias.

4.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO.

6.1. Encerrada a etapa de negociação, visando identificar possível sanção que impeça a participação da licitante provisoriamente classifica em primeiro lugar no certame, ou a futura contratação, será efetuada a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação deste Edital e em seus anexos.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.3.1. Contiver vícios insanáveis;

6.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.4.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meios digitais.

7.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



7.4. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista.

7.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

7.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.7. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

7.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.6.1.

7.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.14. As habilitações jurídica, fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos.

7.14.1. Habilitação jurídica:



7.14.1.1. Registro empresarial, no caso de empresário individual;

7.14.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou simples, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.14.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade não empresária, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.14.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou,

7.14.1.5. Comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

7.14.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

7.14.2.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.14.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.14.2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.14.2.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.14.2.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.14.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do anexo IV, podendo ser substituída pela declaração em campo próprio do sistema;

7.14.2.7. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo do anexo V.

7.14.2.8. Em qualquer caso serão aceitas certidões negativas, certidões positivas com efeito de negativa, ou outras provas de regularidade equivalentes, na forma de Lei.

7.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

9.2. O procedimento administrativo de aplicação de sanções será o previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para realizar questionamento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo email: comul@assis.sp.gov.br :

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo, vedado qualquer forma de pagamento antecipado.

11.2. Os documentos fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo contido do item 15.1, contado da data de apresentação correta dos documentos fiscais.

11.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada, que deverá indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente, até a fase que antecede a formalização do termo de contrato.



12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura de Assis para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

- 04.122.0077.2620.0000 3.3.90.39.99 (331); 04.122.0077.2469.0000 3.3.90.39.99 (354);
- 04.129.0063.2620.0000 3.3.90.39.99 (477); 04.123.0064.2620.0000 3.3.90.39.99 (512);
- 04.122.0077.2620.0000 3.3.90.39.99 (532); 12.361.0017.2491.0000 3.3.90.39.99 (772).

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.assis.sp.gov.br.

13.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.10.1. ANEXO I - Termo de Referência.
- 13.10.2. ANEXO II - Modelo Proposta (adequada).
- 13.10.3. ANEXO III - Declaração inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 13.10.4. ANEXO IV - Declaração de elaboração independente de proposta.
- 13.10.5. ANEXO V - Declaração de elaboração independente de proposta
- 13.10.6. ANEXO VI - Minuta do Termo de Contrato.

Assis, 09 de setembro de 2026.

.....
TELMA GONÇALVES CARNEIRO SPERA DE ANDRADE
PREFEITA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2026
PROCESSO Nº 056/2026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Compreende o objeto desta licitação, a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA GESTÃO DOCUMENTAL PARA ARMAZENAMENTO EXTERNO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, TRANSFERÊNCIA ORDENADA, ORGANIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO, TRANSPORTE E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE**, conforme especificações elaboradas pela Secretaria Municipal da Fazenda:

LOTE	ITEM	QUANT	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO
1	1	12	MENSAL	Licença mensal de Software de Gerenciamento de Documentos Online, com funcionalidades de armazenamento, indexação, pesquisa, controle de acesso e rastreamento de movimentações. - até 20 usuários/logins.
	2	6.000	UNIDADE POR MÊS	Guarda física de acervo documental, incluindo estrutura física adequada, controle de acesso, climatização, segurança e demais condições necessárias à conservação. Total estimado: até 6.000 caixas .
	3	6.000	UN	Transporte de até 6.000 <u>caixas de arquivos do local atual</u> até a unidade da contratada, com conferência e recebimento oficial do acervo.
	4	1.500	CAIXA	Destruição segura de documentos, por trituração, de acordo com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados.
	5	1.433	CAIXA	Organização contínua dos documentos recebidos ao longo do contrato, incluindo identificação, classificação, separação, ordenação, higienização e acondicionamento dos documentos em caixas padrão (dimensões mínimas aprox. 480x320x270 mm) e sacos plásticos (0,25 x 0,35 m). Todos os materiais incluídos. Serviço executado por demanda, por caixa entregue.
	6	620.000	PÁGINA	Digitalização <u>por demanda</u> de documentos em formato PDF pesquisável (PDF-A), com indexação.
	7	24	SERVIÇO	Serviço de frete emergencial (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 24 horas. <u>Por demanda</u> .
	8	52	SERVIÇO	Serviço de frete padrão (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 48 horas. <u>Por demanda</u> .

Notas:

1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Contratada deverá:

1.1. Possuir local adequado para o armazenamento físico da documentação encaminhada. O Local de armazenamento deve possuir climatização 24hrs, devendo manter a temperatura ambiente sempre abaixo de 27°C para assegurar a preservação dos arquivos lotados no local.

1.2. A contratada deverá arquivar os arquivos físicos em caixas padrão CPA 20 quilos, contendo dimensões mínimas de (48x32x27)cm.

1.3. A contratada deve realizar o procedimento de triagem visando manter a segurança e a qualidade dos documentos que já estiverem no acervo.

1.4. A contratada deverá gerenciar todos os documentos de acordo com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018) e demais normas aplicáveis à gestão documental.

1.5. A contratada deverá armazenar os arquivos em nuvem. Conforme solicitação da contratante, deverá disponibilizar o acesso resguardado para cada servidor solicitante por parte da contratante, conforme o setor designado para este servidor.

1.6. A contratada deverá dispor de softwares originais e devidamente licenciados para assegurar o armazenamento sem riscos de vazamentos de dados.

1.7. A contratada deverá preservar pela integridade do documento original.

1.8. A contratada deverá disponibilizar os arquivos digitalizados em PDF - A PESQUISÁVEL para maior agilidade no processo de busca.

1.9. Ao término do contrato, a contratada deverá disponibilizar à contratante todos os arquivos digitais decorrentes do serviço de digitalização, bem como eventuais arquivos acessórios.

1.10. O fornecimento/serviço possui quantitativo definido para atendimento das demandas pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 107 da Lei Federal 14.133/21.

1.11. O pagamento ocorrerá de forma parcelada, podendo ser variável, conforme o encaminhamento das medições mensais com o respectivo relatório de atividades realizadas e solicitadas no período de 30 dias.

1.12. No mês que não ocorra a execução dos serviços enumerados nos itens 3 a 8, o pagamento será realizado a CONTRATADA unicamente pelos serviços descritos nos itens 1 e 2.

2. FORMA DE EXECUÇÃO

A contratação deverá contemplar, de forma integrada e coordenada, os seguintes elementos:

2.1. Transferência e Recebimento do Acervo: Planejamento logístico para retirada dos documentos nas dependências do órgão; Conferência, inventário e protocolo de recebimento; Transporte em veículos adequados, garantindo integridade, sigilo e rastreabilidade; Emissão de termo de transferência com identificação detalhada dos volumes recolhidos.

2.2. Organização e Tratamento Técnico: Classificação e ordenação dos documentos conforme critérios previamente definidos pelo órgão; Identificação, etiquetagem e indexação das caixas ou volumes; Elaboração de inventário eletrônico com código individualizado para rastreamento; Adequação às normas arquivísticas e às tabelas de temporalidade aplicáveis.

2.3. Armazenamento Externo: O armazenamento deverá ocorrer em instalações da contratada que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

- Ambiente com controle de temperatura e umidade;
- Sistema de prevenção e combate a incêndio;
- Monitoramento eletrônico e controle de acesso;
- Estrutura adequada para preservação de documentos físicos;
- Seguro contra sinistros;
- Plano de contingência e recuperação de desastres.

2.4. Digitalização de Documentos: Digitalização sob demanda ou conforme cronograma definido; Captura em resolução adequada para garantir legibilidade e preservação; Indexação com metadados para facilitar a pesquisa; Geração de arquivos em formato não editável (ex.: PDF/A); Aplicação de OCR quando tecnicamente viável; Controle de qualidade das imagens digitalizadas.

2.5. Disponibilização e Consulta: Sistema eletrônico para solicitação de documentos; Disponibilização digital via plataforma segura ou envio eletrônico; Atendimento a prazos definidos contratualmente; Registro de todas as movimentações para fins de auditoria.



2.6. Conservação e Preservação: Acondicionamento adequado em caixas arquivo padrão; Manutenção preventiva do acervo; Controle contra pragas, umidade e deterioração; Cumprimento das normas técnicas de preservação documental.

2.7. Descarte e Destinação Final: Quando autorizado pelo órgão, englobando a aplicação das regras da tabela de temporalidade; Lavratura de termo de eliminação; Descarte ambientalmente adequado; Possibilidade de fragmentação segura de documentos sigilosos.

2.8. Gestão, Controle e Segurança da Informação: Garantia de confidencialidade dos dados; Observância à Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018 e demais normas aplicáveis; Controle de acesso por perfil de usuário; Registro de logs de movimentação; Responsabilidade civil por eventuais danos ou extravios. Toda a solução deverá estar plenamente alinhada com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), incluindo a implementação de controles de acesso, políticas de segurança da informação e demais práticas que assegurem a privacidade e a proteção dos dados tratados.

3. DA PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

LOTE 1					
Item	Especificação	Unidade de Medida	Qtde.	Valor Unit. Médio (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Licença mensal de Software de Gerenciamento de Documentos Online, com funcionalidades de armazenamento, indexação, pesquisa, controle de acesso e rastreamento de movimentações. – até 20 usuários/logins.	MENSAL	12	484,06	5.808,72
2	Guarda física de acervo documental, incluindo estrutura física adequada, controle de acesso, climatização, segurança e demais condições necessárias à conservação. Total estimado: <u>até 6.000 caixas.</u>	UNIDADE POR MÊS	6.000	1,14	82.080,00
3	Transporte de até 6.000 <u>caixas de arquivos do local atual</u> até a unidade da contratada, com conferência e recebimento oficial do acervo.	UN	6.000	2,54	15.240,00
4	Destruição segura de documentos, por trituração, de acordo com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados.	CAIXA	1.500	3,76	5.640,00
5	Organização contínua dos documentos recebidos ao longo do contrato, incluindo identificação, classificação, separação, ordenação, higienização e acondicionamento dos documentos em caixas padrão (dimensões mínimas aprox. 480x320x270 mm) e sacos plásticos (0,25 x 0,35 m). Todos os materiais incluídos. Serviço executado por demanda, por caixa entregue.	CAIXA	1.433	15,86	22.727,38
6	Digitalização <u>por demanda</u> de documentos em formato PDF pesquisável (PDF-A), com indexação.	PÁGINA	620.000	0,28	173.600,00
7	Serviço de frete emergencial (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 24 horas. <u>Por demanda.</u>	SERVIÇO	24	219,92	5.278,08
8	Serviço de frete padrão (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 48 horas. <u>Por demanda.</u>	SERVIÇO	52	236,46	12.295,92
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 322.670,10					

3.1. Para efeito da **readequação da proposta**, a licitante deverá **fazê-la de forma proporcional** nos itens que compõem o lote, aplicando-se linearmente o percentual final de desconto calculados entre o valor global estimado e o valor global finalizado.



4. DA DEMANDA JA EXISTENTE

4.1. Atualmente, estão já se encontram armazenadas 4.567 caixas, distribuídas da seguinte forma:

- 2.217 caixas pertencentes ao Departamento de Contabilidade;
- 20 caixas pertencentes ao Cemitério;
- 1.373 caixas pertencentes à Secretaria de Educação;
- 734 caixas pertencentes ao Departamento de Recursos Humanos;
- 223 caixas pertencentes ao Departamento de Cadastro Imobiliário e Tributação.

4.2. Desse montante, estima-se, ainda, 1.433 caixas futuras a serem armazenadas durante a vigência da contratação.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2026
PROCESSO Nº 056/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA GESTÃO DOCUMENTAL PARA ARMAZENAMENTO EXTERNO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, TRANSFERENCIA ORDENADA, ORGANIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO, TRANSPORTE E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE.

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS (ADEQUADA)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Assis, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2026, conforme abaixo discriminado:

LOTE 1					
Item	Especificação	Unidade de Medida	Qtde.	Valor Unit. Médio (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Licença mensal de Software de Gerenciamento de Documentos Online, com funcionalidades de armazenamento, indexação, pesquisa, controle de acesso e rastreamento de movimentações. – até 20 usuários/logins.	MENSAL	12		
2	Guarda física de acervo documental, incluindo estrutura física adequada, controle de acesso, climatização, segurança e demais condições necessárias à conservação. Total estimado: até 6.000 caixas .	UNIDADE POR MÊS	6.000		
3	Transporte de até 6.000 <u>caixas de arquivos do local atual</u> até a unidade da contratada, com conferência e recebimento oficial do acervo.	UN	6.000		
4	Destruição segura de documentos, por trituração, de acordo com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados.	CAIXA	1.500		
5	Organização contínua dos documentos recebidos ao longo do contrato, incluindo identificação, classificação, separação, ordenação, higienização e acondicionamento dos documentos em caixas padrão (dimensões mínimas aprox. 480x320x270 mm) e sacos plásticos (0,25 x 0,35 m). Todos os materiais incluídos. Serviço executado por demanda, por caixa entregue.	CAIXA	1.433		
6	Digitalização por demanda de documentos em formato PDF pesquisável (PDF-A), com indexação.	PÁGINA	620.000		
7	Serviço de frete emergencial (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 24 horas. <u>Por demanda</u> .	SERVIÇO	24		
8	Serviço de frete padrão (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 48 horas. <u>Por demanda</u> .	SERVIÇO	52		
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ _____					

Obs.: Para efeito da readequação da proposta, a licitante deverá fazê-la de forma proporcional nos itens que compõem o lote, aplicando-se linearmente o percentual final de desconto calculados entre o valor global estimado e o valor global finalizado



O Prazo de contratação é de **(inserir o prazo) (inserir o prazo por extenso)** dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente em nome do credor.

BANCO _____ - AGÊNCIA Nº _____ - CONTA CORRENTE Nº _____

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias ao fornecimento do objeto.

_____, ____ de _____ de 202__.

(nome, RG, cargo e assinatura do representante legal do licitante)



MODELO DE DECLARAÇÃO
(INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

“DECLARAÇÃO”

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS

Ref.: Processo n.º _____/2026 – Pregão Eletrônico n.º _____/2026

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso §1º do artigo 63 da Lei n.º 14.133, de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

..... de de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade



MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

“DECLARAÇÃO”

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS

Ref.: Processo n.º _____/2026 – Concorrência Eletrônica n.º _____/2026

_____ (representante do licitante), portador da Cédula de Identidade RG n.º _____ e do CPF n.º _____, como representante devidamente constituído de _____ (identificação do licitante ou do Consórcio), inscrita no CNPJ n.º _____, doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

..... de de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador



ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º ____/____

Ref.: Contratação de serviços para gestão documental

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um o MUNICÍPIO DE ASSIS, com sede a Avenida Rui Barbosa n.º 926 em Assis, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 46.179.941/0001-35, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Sr. _____, residente e domiciliado na _____, portador do RG n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, e de outro lado _____, estabelecida na _____ n.º _____, em _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ e Inscrição Estadual n.º _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. _____, portador do RG n.º _____ e CPF/MF n.º _____ residente e domiciliado na _____, formalizam entre si o presente ajuste, que visa a contratação descrita na cláusula primeira deste contrato, decorrente do Processo n.º ____/____ - Pregão n.º ____/____, já homologado e adjudicado, e na conformidade das cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A CONTRATADA, por força do presente instrumento, se obriga em executar os **SERVIÇOS PARA GESTÃO DOCUMENTAL PARA ARMAZENAMENTO EXTERNO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, TRANSFERENCIA ORDENADA, ORGANIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO, TRANSPORTE E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE.**, na conformidade do Termo de Referência, que integra o presente instrumento, como segue:

LOTE	ITEM	QUANT	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO
1	1	12	MENSAL	Licença mensal de Software de Gerenciamento de Documentos Online, com funcionalidades de armazenamento, indexação, pesquisa, controle de acesso e rastreamento de movimentações. - até 20 usuários/logins.
	2	6.000	UN	Guarda física de acervo documental, incluindo estrutura física adequada, controle de acesso, climatização, segurança e demais condições necessárias à conservação. Total estimado: até 6.000 caixas .
	3	6.000	UN	Transporte de até 6.000 <u>caixas de arquivos do local atual</u> até a unidade da contratada, com conferência e recebimento oficial do acervo.
	4	1.500	CAIXA	Destruição segura de documentos, por trituração, de acordo com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados.
	5	1.433	CAIXA	Organização contínua dos documentos recebidos ao longo do contrato, incluindo identificação, classificação, separação, ordenação, higienização e acondicionamento dos documentos em caixas padrão (dimensões mínimas aprox. 250x130x350 mm) e sacos plásticos (0,25 x 0,35 m). Todos os materiais incluídos. Serviço executado por demanda, por caixa entregue.
	6	620.000	PÁGINA	Digitalização <u>por demanda</u> de documentos em formato PDF pesquisável (PDF-A), com indexação.
	7	24	SERVIÇO	Serviço de frete emergencial (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 24 horas. <u>Por demanda</u> .
	8	52	SERVIÇO	Serviço de frete padrão (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 48 horas. <u>Por demanda</u> .

CLAUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - Todos os serviços referente ao objeto desta licitação deverão ser executados, conforme Termo de Referência., devendo contemplar, de forma integrada e coordenada, os seguintes elementos:

2.1.1. Transferência e Recebimento do Acervo: Planejamento logístico para retirada dos documentos nas dependências do órgão; Conferência, inventário e protocolo de recebimento; Transporte em veículos adequados, garantindo integridade, sigilo e rastreabilidade; Emissão de termo de transferência com identificação detalhada dos volumes recolhidos.

2.1.2. Organização e Tratamento Técnico: Classificação e ordenação dos documentos conforme critérios previamente definidos pelo órgão; Identificação, etiquetagem e indexação das caixas ou volumes; Elaboração de inventário eletrônico com código individualizado para rastreamento; Adequação às normas arquivísticas e às tabelas de temporalidade aplicáveis.

2.1.3. Armazenamento Externo: O armazenamento deverá ocorrer em instalações da contratada que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

- Ambiente com controle de temperatura e umidade;
- Sistema de prevenção e combate a incêndio;
- Monitoramento eletrônico e controle de acesso;
- Estrutura adequada para preservação de documentos físicos;
- Seguro contra sinistros;
- Plano de contingência e recuperação de desastres.

2.1.4. Digitalização de Documentos: Digitalização sob demanda ou conforme cronograma definido; Captura em resolução adequada para garantir legibilidade e preservação; Indexação com metadados para facilitar a pesquisa; Geração de arquivos em formato não editável (ex.: PDF/A); Aplicação de OCR quando tecnicamente viável; Controle de qualidade das imagens digitalizadas.

2.1.5. Disponibilização e Consulta: Sistema eletrônico para solicitação de documentos; Disponibilização digital via plataforma segura ou envio eletrônico; Atendimento a prazos definidos contratualmente; Registro de todas as movimentações para fins de auditoria.

2.1.6. Conservação e Preservação: Acondicionamento adequado em caixas arquivo padrão; Manutenção preventiva do acervo; Controle contra pragas, umidade e deterioração; Cumprimento das normas técnicas de preservação documental.

2.1.7. Descarte e Destinação Final: Quando autorizado pelo órgão, englobando a aplicação das regras da tabela de temporalidade; Lavratura de termo de eliminação; Descarte ambientalmente adequado; Possibilidade de fragmentação segura de documentos sigilosos.

2.1.8. Gestão, Controle e Segurança da Informação: Garantia de confidencialidade dos dados; Observância à Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018 e demais normas aplicáveis; Controle de acesso por perfil de usuário; Registro de logs de movimentação; Responsabilidade civil por eventuais danos ou extravios. Toda a solução deverá estar plenamente alinhada com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), incluindo a implementação de controles de acesso, políticas de segurança da informação e demais práticas que assegurem a privacidade e a proteção dos dados tratados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1 - Importa o presente contrato no valor global anual fixo e irrevogável de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX), decorrente dos preços constantes da proposta vencedora, transcritos abaixo:



LOTE 1					
Item	Especificação	Unidade de Medida	Qtde.	Valor Unit. Médio (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Licença mensal de Software de Gerenciamento de Documentos Online, com funcionalidades de armazenamento, indexação, pesquisa, controle de acesso e rastreamento de movimentações. – até 20 usuários/logins.	MENSAL	12		
2	Guarda física de acervo documental, incluindo estrutura física adequada, controle de acesso, climatização, segurança e demais condições necessárias à conservação. Total estimado: até 6.000 caixas .	UN	6.000		
3	Transporte de até 6.000 <u>caixas de arquivos do local atual</u> até a unidade da contratada, com conferência e recebimento oficial do acervo.	UN	6.000		
4	Destruição segura de documentos, por trituração, de acordo com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados.	CAIXA	1.500		
5	Organização contínua dos documentos recebidos ao longo do contrato, incluindo identificação, classificação, separação, ordenação, higienização e acondicionamento dos documentos em caixas padrão (dimensões mínimas aprox. 250x130x350 mm) e sacos plásticos (0,25 x 0,35 m). Todos os materiais incluídos. Serviço executado por demanda, por caixa entregue.	CAIXA	1.433		
6	Digitalização <u>por demanda</u> de documentos em formato PDF pesquisável (PDF-A), com indexação.	PÁGINA	620.000		
7	Serviço de frete emergencial (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 24 horas. <u>Por demanda</u> .	SERVIÇO	24		
8	Serviço de frete padrão (coleta e/ou entrega de documentos) com prazo de até 48 horas. <u>Por demanda</u> .	SERVIÇO	52		

CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES

4.1 - Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do presente contrato. Tais preços poderão ser reajustados, a cada 12 meses, com base na variação do índice IPCA.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da medição, podendo ser variável, conforme o encaminhamento das medições mensais com o respectivo relatório de atividades realizadas e solicitadas no período de 30 dias.

5.2 - Os documentos fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo contido do item 5.1 retro, contado da data de apresentação correta dos documentos fiscais.

5.3 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Adjudicatária, que deverá indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente, até a fase que antecede a formalização do termo de contrato.

5.4 - Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirão juros moratórios à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.



CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - A prestação dos serviços a ser executado pela contratada deverá ser iniciada no dia imediatamente posterior ao da emissão da ordem de serviço pela Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Informática da CONTRATANTE.

6.2 - A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, se iniciando em ____ (_____) de _____ de 2026, e terminando em ____ (_____) de _____ de 2027.

6.3 - A critério exclusivo da CONTRATANTE este contrato poderá ser renovado por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido na Lei Federal n.º 14.133/21

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO

7.1 - Os serviços deverão ser executados na forma descrita no edital e seus anexos, observadas as sanções descritas na cláusula VIII para o caso de atraso ou inexecução dos serviços.

7.2 - Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação, inclusive as despesas com materiais, peças, equipamentos, mão-de-obra, transportes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.

7.3 - Os serviços serão recebidos:

7.3.1 - provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico - art. 140, inciso I e alínea "a" da Lei 14.133/2021, devendo a adjudicatária disso dar conhecimento à Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura, que se encarregará de lavrar termo de recebimento provisório;

7.3.2 - definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais - art. 140, inciso I e alínea "b" da Lei 14.133/2021;

7.3.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.4 - Por ocasião da entrega dos serviços, a Adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor ou comissão da Prefeitura responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

8.1 - Comete infração administrativa, o contratado que infringir qualquer dos incisos previstos no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações constantes do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, as sanções prevista no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme segue:

i) - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos "II", "III" e "IV" do artigo 155, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos "V", "VI", "VII" e "VIII" do artigo 155, bem como nas alíneas "II", "III" e "IV", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (25) dias. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Pecuniária de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, para as infrações constantes do artigo 155 da Lei 14.133, de 2021,

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (dias) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica está assim demonstrado:

- 04.122.0077.2620.0000 3.3.90.39.99 (331); 04.122.0077.2469.0000 3.3.90.39.99 (354);
- 04.129.0063.2620.0000 3.3.90.39.99 (477); 04.123.0064.2620.0000 3.3.90.39.99 (512);
- 04.122.0077.2620.0000 3.3.90.39.99 (532); 12.361.0017.2491.0000 3.3.90.39.99 (772).

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA, além do fiel cumprimento de todas as disposições contidas deste contrato, edital e anexos:

10.1.1 - ser a única responsável pelas despesas relativas ao cumprimento do presente contrato, materiais, mão-de-obra, encargos, transportes, carga e descarga, bem como por toda e qualquer despesa que venha a incidir de maneira direta ou indireta no objeto do presente contrato.

10.1.2 - ser a única responsável pela segurança de trabalho de seus operários, técnicos e de terceiros.

10.1.3 - o cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos, nas quantidades contratadas, acrescidas se necessário;

10.1.4 - durante toda vigência contratual, ser a responsável pela qualidade dos materiais/produtos entregues;

10.1.5 - o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo de contrato e no edital de licitação e seus anexos;

10.1.6 - Cabe ainda a contratada responder por:

10.1.6.1 - todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

10.1.6.2 - todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

10.1.6.3 - todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal,



relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

10.1.6.4 - encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

10.1.7 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

10.2 - Constitui obrigação da CONTRATANTE:

10.2.1 - pagar à CONTRATADA o valor devido, nas datas avençadas;

10.2.2 - acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato;

10.2.3 - solicitar o ajuste ou a correção de qualquer falha, defeito ou incorreção nos observada no objeto contratual;

10.2.4 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - Sem prejuízo das sanções previstas na cláusula oitava deste, o contrato poderá ser rescindido, desde que demonstrada qualquer das hipóteses previstas no artigo 155 da Lei n.º 14.133/21.

11.2 - A CONTRATADA reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no inciso IV do artigo 104 da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1 - Vinculam-se ao presente termo de contrato e dele são partes integrantes, independente de suas transcrições parciais ou totais, o edital da licitação que norteou o certame, a proposta vencedora da CONTRATADA, bem como a ata da sessão respectiva, apresentada na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

13.1 - A execução do presente contrato será regida pela Lei n.º 14.133/21, Decreto Municipal n.º 9.302/24, que servirão inclusive para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste termo de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

14.1 - É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente o Foro da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado seja.

E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Assis, de de



AS PARTES:

1 – MUNICÍPIO DE ASSIS

CONTRATANTE

2 -

CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....